

Ação popular assusta assessores de Sarney

JORNAL DA TARDE

8 AGO 1989

18 JUL 1989

O presidente vai ter de identificar os irregulares e explicar as despesas com a comitiva que foi a Paris. Depois, todos terão de devolver o que gastaram à União.

Até o início da noite de ontem não havia chegado ao Palácio do Planalto nenhuma citação do juiz da 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro, Costa Fontoura, para que o presidente José Sarney identifique os passageiros do "avião da alegria" e explique os gastos com a comitiva de mais de cem pessoas, que participaram da festa dos 200 anos da Revolução Francesa. Mas, bastou a notícia de que a ação popular movida pelo deputado Álvaro Valle (PL-RJ) foi aceita pelo juiz para que se criasse um clima de constrangimento geral nos gabinetes palacianos.

A ação popular foi distribuída no dia 13, quinta-feira, na Justiça Federal do Rio. Além de uma Carta Precatória — já expedida —, a Procuradoria da Fazenda Nacional no Rio receberá um "mandado de citação" para que comunique às pessoas participantes da viagem sobre a ação, que pede que a União seja ressarcida das despesas.

Para a advogada Lourdes Helena Moreira de Carvalho, uma das profissionais responsáveis pelo processo, "a Presidência da República terá de informar os nomes das pessoas que viajaram com o dinheiro da União". Segundo ela, depois do "mandado de citação", as pessoas que estavam no avião respondem ou não, mas seus nomes aparecerão. De posse das provas das despesas do governo brasileiro com a viagem, os convidados do presidente Sarney deverão ratear a indenização aos cofres públicos.

Reações

"Tomei um susto quando soube", disse, em Brasília, um assessor presidencial, enquanto a maioria dos funcionários que integraram a comitiva evitava circular, permanecendo recolhidos aos gabinetes.

Segundo assessores, o presidente

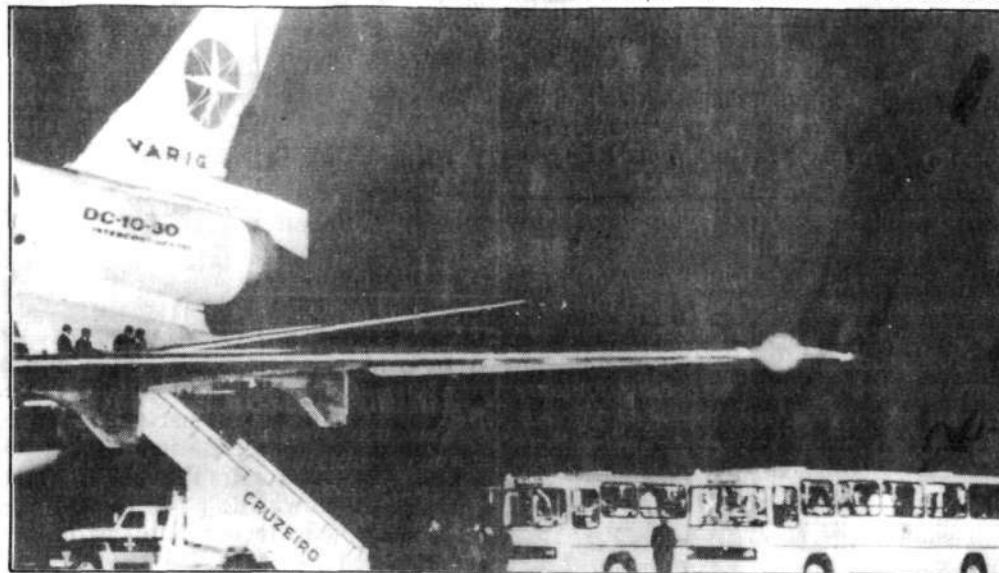


Sarney, com Sangurnetti: "Consternado"...

ainda está "consternado" com a forma com que a imprensa brasileira tratou a viagem, considerada por ele como normal dentro da importância do País no cenário internacional. Com relação à ação judicial, ficou decidido que o Planalto não emitirá nenhuma declaração enquanto não houver uma atitude formal do juiz. Se isso acontecer — o que já está acontecendo —, porém, conforme esclareceu um assessor direto do presidente, o governo está pronto para defender-se.

Ao sair de uma audiência com Sarney no Palácio da Alvorada, o ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, disse ser impossível que mesmo um juiz federal cite o presidente da República. Nesse caso, explicou, o canal teria de ser o Supremo Tribunal Federal.

Também preocupado com as repercussões negativas, o assessor especial do presidente, Virgílio Costa, justificou sua presença na comitiva como sendo parte de



... com a repercussão da "viagem da alegria".

uma missão destinada a negociar a liberação de fundos da Unesco, para a edição do Guia Brasileiro de Arquivos, Bibliotecas e Museu. Segundo ele, o projeto faz parte das comemorações do Centenário da Proclamação da República e o manteve permanentemente ocupado durante sua estada na França. Como resultado prático, ele disse que a Unesco vai liberar US\$ 15 mil para o projeto.

Costa faz parte da comissão, criada pelo Congresso, para preparar os eventos do aniversário da República e negou que tenha ido a Paris com antecedência. De acordo com o assessor, a imprensa brasileira, que o identificou em uma foto de um funcionário do governo fazendo compras em Paris, na terça-feira, confundiu-o com outra pessoa. Costa afirma que nesse dia estava trabalhando com a comissão no Congresso Nacional. "Eu não poderia estar em dois lugares ao mesmo tempo", afirmou.

Congresso não leva a sério proposta de impedimento

Não foi levada a sério, no Congresso, a sugestão do candidato a vice-presidente da República pelo PMDB, Waldir Pires, de que caberia até processo de impeachment contra o presidente Sarney, por ter ido às festas de Paris com tão alentada comitiva.

"A viagem é um escândalo" — disse o líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto (RJ). "Não sei como o presidente Sarney com toda a sua experiência política faz uma coisa destas. Mas um processo de impeachment, faltando menos de um ano para o término do seu mandato, só serviria para promovê-lo fazendo-o de vítima. Ele que apontou tudo isso que aí está que carregue o cadáver até o fim."

O deputado Paes Lendim, vice-líder

do PFL, também disse não ver sentido nem razão para um processo de impeachment: "Infelizmente essas coisas fazem parte de nossos costumes políticos, não foi uma invenção deste governo. Somente com o tempo mudará".

Já no início deste ano a Câmara dos Deputados se recusou a dar andamento a um processo de impedimento do presidente Sarney requerido pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES). O senador, que presidira a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre corrupção na área do Poder Executivo, tinha apresentado uma denúncia de 198 páginas (e mais de 12 mil documentos) enquadrando o presidente da República em quase todos os dispositivos da Lei que define os crimes de responsabilidade. Mas o 1º vice-presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), com a óbvia aquiescência do presidente Paes de Andrade (PMDB-CE), tomou a decisão política de mandar arquivar a denúncia, sob a alegação de que as acusações eram muito vagas. Alguns meses depois, num encontro casual com o candidato do PDT, Leonel Brizola, deu uma explicação mais clara. Ao ouvir do candidato que aos políticos cabia, nesta hora, evitar "entrevos" e indagado se sabia o que era isto, respondeu "Sei e pratico. Foi por isso que mandei arquivar o pedido de impeachment contra Sarney."

De acordo com a Constituição, um processo de impedimento do presidente da República só pode ser iniciado mediante aprovação de dois terços da Câmara. Se autorizado, cabe ao Senado processá-lo e julgá-lo, sob a direção do presidente do Supremo Tribunal Federal. A condenação também tem de ser aprovada por dois terços. A lei que trata dos crimes de responsabilidade e seu processo, datada de 1950, precisa, porém, ser adaptada às novas normas constitucionais.